

O ANALFABETISMO DOS PAIS E A VIDA ESCOLAR DOS FILHOS: OS PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL PARA AMENIZAR TAL IMPASSE

Euarda Muniz¹

Maria Clemência Pinheiro de Lima Ferreira²

Resumo: O analfabetismo no Brasil é ainda uma questão grave e que precisa estar na pauta das discussões de quem trabalha com educação. Não se pode generalizar, mas é fato que a maioria das famílias em que os pais são analfabetos, é pequeno o esforço em manter o filho na escola ou incentivar seus estudos. O presente trabalho descreve uma pesquisa desenvolvida por meio de revisão bibliográfica que buscou, como objetivo geral, tecer considerações sobre a questão do analfabetismo dos pais e a aprendizagem das crianças em idade escolar, considerando algumas iniciativas do governo federal. Tivemos como objetivos específicos descrever os tipos de analfabetismo; discorrer sobre as situações de analfabetismo dos pais relacionado à vida escolar dos filhos e fazer um levantamento dos programas governamentais que visam reduzir o analfabetismo incentivando os pais a manterem seus filhos na escola, já que estes não tiveram a mesma oportunidade. Entendemos que o governo tem uma parcela significativa na responsabilidade de ajudar as famílias de baixo poder aquisitivo, a manterem seus filhos na escola; porém, esta tarefa é um grande desafio pelo fato de que nestas famílias o índice de analfabetismo dos pais é maior e, por isso mesmo, possivelmente eles mesmos não valorizam a continuidade da vida escolar. As iniciativas governamentais não possibilitam acesso direto aos dados dos investimentos públicos no que se refere aos índices da relação incentivo do governo e a permanência na escola; portanto, compromete uma análise mais profunda desta questão.

Palavras-chave: Analfabetismo, Alfabetização, Evasão Escolar.

INTRODUÇÃO.

A educação é considerada um importante meio de transformação da forma como se compreende o mundo ao redor, tendo na família a principal influência na formação de um indivíduo. Os níveis de desenvolvimento de uma pessoa, estão diretamente ligados às oportunidades oferecidas a ela na família e por meio da educação formal, iniciando-se nos anos iniciais da alfabetização.

Existe uma expectativa de que as políticas públicas educacionais deem suporte às escolas e famílias para que trabalhem juntas apoiando a formação da criança. No entanto, em um contexto de pais analfabetos junto a crianças que estão iniciando a vida

¹Acadêmica graduanda do curso de Pedagogia da UniEVANGÉLICA;

² Mestre em Educação. Professora do ISE/UniEVANGÉLICA, Orientadora da Pesquisa

escolar, surge o questionamento sobre como isso poderia ser amenizado com relação a escolarização destas.

Embora a taxa de analfabetismo no Brasil tenha diminuído consideravelmente, e existam programas para minimizar a evasão escolar, o número de analfabetos ainda é significativo como será demonstrado no decorrer deste trabalho.

Apesar de existir pouca literatura que aborde esse assunto relacionado a pais com pouca instrução escolar, estima-se que grande parte de conhecimentos construídos no ambiente escolar, ganha sentido quando há interação contínua e permanente entre o saber escolar e os demais saberes, entre o que o aluno aprende na escola e o que ele traz para a escola.

O presente trabalho teve como objetivo geral tecer considerações sobre a questão do analfabetismo dos pais e a aprendizagem das crianças em idade escolar, considerando algumas iniciativas do governo federal. Para isso, estabelecemos como objetivos específicos descrever os tipos de analfabetismo; discorrer sobre as situações de analfabetismo dos pais relacionado à vida escolar dos filhos e fazer um levantamento dos programas governamentais que visam reduzir o analfabetismo incentivando os pais a manterem seus filhos na escola, já que estes não tiveram a mesma oportunidade. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e por meio desta buscamos alcançar nossos objetivos.

1- Tipos e classificações do Analfabetismo

A educação é um dos fatores primordiais para a formação humana. Pensando nisso entendemos que a falta dela torna-se um fator extremamente prejudicial, pois vivemos em um contexto de informações constantes, no qual se faz necessária atenção à educação formal, uma vez que as ações de ler e escrever assumem papéis fundamentais no dia a dia.

Em virtude do que foi mencionado, no Brasil ainda há parte da população sem acesso à educação formal, situação está amenizada nos últimos anos, porém, com repercussões negativas junto às gerações passadas.

O registro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de junho de 2019 informou que onze milhões e trezentas mil pessoas com mais de quinze anos são

analfabetas, perfazendo uma taxa percentual de 6,8% de analfabetos, dentre o grupo pesquisado (IBGE, 2019).

O Analfabetismo é classificado em diferentes tipos e níveis como veremos a seguir.

A cartilha de Política Nacional de Alfabetização – PNA (BRASIL, 2019), classifica o analfabetismo em funcional e absoluto. Cita que “pode ser dito como analfabeto funcional aquele que possui habilidades limitadas de leitura e compreensão de texto” (BRASIL, 2019 p.19). Segundo o mesmo documento, o analfabetismo absoluto é o analfabetismo em sentido estrito ou a condição daquele que não sabe ler nem escrever.

Do mesmo modo na Plano Nacional de Educação (PNE) encontramos a descrição do analfabetismo funcional. Este documento descreve:

O analfabeto funcional, embora capaz de ler (decodificar) e de escrever (codificar), não o faz de modo funcional, isto é, ou não adquiriu habilidades suficientes de leitura e escrita, ou não progrediu nelas como devido. Assim ele se vê impossibilitado de fazer uso produtivo de tais habilidades nas situações mais corriqueiras da vida, como escrever bilhetes, compreender textos simples, interpretar documentos, mapas, tabelas. Efetivamente, o ato de ler e de escrever se manifesta em diferentes graus ou níveis, mas o analfabeto funcional estaciona em níveis insuficientes e precários, e assim não alcança a condição de leitor/escritor hábil. (BRASIL, 2019, p. 19)

O PNE, em sua meta 9, remete-nos ao entendimento de que o analfabeto absoluto “designa a condição daqueles que não sabem ler e escrever”, ou seja, aquele que de modo algum teve acesso à algum tipo de educação, quer seja formal quer seja informal- (BRASIL, 2014, p.19).

A Pesquisa Nacional de Domicílios – PNAD, divulgada em 2014 informa que o Brasil tinha, até então, 17,8% de pessoas com mais de 15 anos de idade e quatro anos de estudo, consideradas analfabetas funcionais, mas em queda na comparação com o percentual de 18,3% apurado em 2012. Já com relação aos analfabetos absolutos com mais de 15 anos eram 8,3% da população em 2013, menos do que os 8,7% dos brasileiros pesquisados em 2012 pelo IBGE.

Nessa mesma pesquisa foi aplicado questionário para a identificação do analfabeto absoluto e o funcional, calculando o nível de aprendizagem de quem passou pela escola regular. Foram 2002 pessoas pesquisadas, abrangendo a faixa etária de 15

a 64 anos, pesquisa feita em todo o território nacional, incluindo zonas rurais. Por fim, a pesquisa reclassificou o alfabetismo, no Brasil, em três diferentes níveis: analfabeto absoluto, rudimentar e o elementar. Embora não seja comum esta classificação na literatura, optaremos por apresentá-la aqui, uma vez que nos propusemos a investigar termos que definem a questão do analfabetismo. Portanto, são eles: analfabeto absoluto é aquele que não consegue realizar tarefas simples, como ler palavras e frases; já no nível rudimentar, as pessoas são capazes apenas de localizar informações explícitas em textos muito simples, por exemplo: calendários e cartazes com sentenças ou palavras relacionadas ao seu cotidiano, e ler e escrever números. E o nível elementar que é cobrado um nível de habilidades crescentes de escrita e leitura, textos de extensão média até elevada complexidade e realização de operações básicas com números da ordem do milhar até a interpretação de tabelas e gráficos (BRASIL, 2014).

Ainda sobre as diferentes expressões utilizadas acerca do grau de analfabetismo, encontramos em pesquisa colhida pelo Instituto Paulo Montenegro, organização brasileira sem fins lucrativos, vinculada ao IBOPE inteligência (anteriormente Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) e uma das maiores empresas de pesquisa de mercado da América latina, que o analfabetismo abrange dois grupos de pessoas, denominados por eles como o “analfabeto” e o “rudimentar”.

Nessa classificação, o analfabeto é aquele que não consegue realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases, ainda que consiga ler números familiares. Já o alfabetismo rudimentar é a condição daquele que, entre outras limitações, apenas consegue localizar informações explícitas, e expressas de modo literal, em textos simples do cotidiano (cartazes, calendários etc.), não sendo capaz de fazê-lo em textos diversos (como jornalísticos ou científicos de média extensão, nem de realizar pequenas inferências). (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO *apud* BRASIL, 2019, p. 13).

O Plano Nacional da Educação – PNE (BRASIL, 2014), apresenta metas a serem alcançadas na Educação brasileira, sendo que a meta 09 descreve os índices que pretendia alcançar até 2015 para aumentar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5%, sendo que até o final de sua vigência, no ano de

2024, o objetivo seria erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

2. As situações de analfabetismo dos pais relacionado à vida escolar dos filhos.

O intuito nesta seção é discutir sobre a relação dos pais com a educação formal dos filhos e se o acesso a ela pode instruir ou prejudicar os mesmos, tendo em vista a existência de um número significativo de analfabetos no Brasil.

Um levantamento feito pelo Projeto Atenção Brasil, relatou que no Brasil quase 15 milhões de pessoas com mais de 15 anos são analfabetas interferindo diretamente no desempenho escolar de crianças e adolescentes. (PROJETO ATENÇÃO BRASIL *apud* GOULART, 2010).

Sobre a importância da colaboração dos pais/responsáveis na vida escolar dos filhos, Freire, Roazzi e Roazzi (2015), escrevem:

Os pais acreditam que o fato de ir buscar e deixar todos os dias o filho na escola seja o suficiente no processo de acompanhamento, faltando assim o contato com esse filho em casa, para saber a rotina dentro da escola. Além disto, os pais indagados possuem nível de escolaridade baixo, a maioria não possui ensino fundamental completo e este fator implica na transmissão de saber para os filhos no momento de colocá-los para estudar e auxiliar nas tarefas propostas pela escola, gerando sentimento de insegurança; por este motivo consideram-se incapazes de transmitir conhecimento totalmente para a escola. (FREIRE, ROAZZI E ROAZZI, 2015, p.35)

Marco Antônio Arruda, neurologista da infância e adolescência e coordenador do Projeto Atenção Brasil citado em artigo publicado por Goulart (2010) afirma:

Nossos filhos se espelham em nós. Como querer que um filho leia, se os pais não lerem? O cérebro da criança é uma cidade com ruas e avenidas abertas, se não são utilizadas, estimuladas, essas vias se fecham, e se fecham para sempre. (...). Sem estímulo para a cultura e o saber, nossos filhos terão mais dificuldade para desenvolver o senso do belo. (GOULART, 2010, p.1)

É incontestável que o desenvolvimento de habilidades voltadas à leitura, escrita e interpretação de texto tem início nos anos escolares iniciais, dando seguimento então na vida adulta. Lacunas ficarão mais evidentes quando ingressamos no trabalho ou áreas afins que seja necessário ter domínio e compreensão de assuntos e temas específicos; a falta do hábito da leitura nos impede de interpretar de forma eficaz alguma informação ou temática necessária na área profissional, seja ela qual for.

Com respeito a isso, Cadei e Leite (2016) fazem a seguinte afirmação:

O analfabetismo funcional é silencioso e traz sérios prejuízos aos pais. Além de desestimular a criança que está na escola, ele reduz a empregabilidade e as oportunidades de inclusão social, principalmente entre os mais pobres. Não se trata de pessoas que nunca entraram uma sala de aula. Elas sabem ler, escrever e contar, mas não conseguem compreender a palavra escrita. (CADEI; LEITE, 2016, p.17)

Nesse contexto sabemos que a educação escolar não é papel exclusivo do professor, pois segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, 9394/96, no artigo 2.º, prevê que a família e o Estado são responsáveis pela educação das crianças; pensando nisso, é legítima a necessidade de pesquisar como se dá a relação entre pais com baixa escolaridade e a aprendizagem escolar dos filhos.

Freire, Roazzi e Roazzi, (2015), em artigo cujo objetivo foi detectar a relação da escolaridade dos pais com o grau de interferência da permanência dos filhos na escola, afirmam que um dos principais fatores observados na questão da continuidade ou não da vida escolar dos filhos é o aspecto socioeconômico. A adversidade na área financeira foi apontada como motivo relevante dentro deste contexto, que acaba desencadeando um acúmulo de outros desajustes até à desistência da vida escolar. Os autores afirmam:

Nessa linha de ideias, o abandono dos estudos para muitos jovens é uma fuga do estado de tensão, porque o somatório de frustração no percurso escolar culmina com a desmotivação para a continuidade do processo (FREIRE, ROAZZI; ROAZZI, 2015, p.35).

Um grau elevado de estresse por motivos não escolares dentre pessoas de classes desfavorecidas, provocam a saída de muitos alunos da escola; são fatores culturais, institucionais, familiares e pessoais, dentre eles a falta de compreensão da diferença que os estudos fazem na vida de uma pessoa, e todos eles os deixam vulneráveis a ponto de desistirem de alguns desafios.

Portanto, de alguma forma, o nível de escolaridade dos pais ou responsáveis legais por crianças e adolescentes e o nível de comprometimento deles com a formação humana, pode interferir na vida escolar dos filhos, desde os anos iniciais, no processo de alfabetização.

Neste sentido, algumas iniciativas governamentais visam minimizar tais dificuldades e incentivar a permanência das crianças na escola, aspecto esse que abordaremos no tópico a seguir.

3. Iniciativas governamentais que visam apoiar a permanência dos indivíduos na escola e sanar os problemas de alfabetização.

Foram implantadas várias ações preventivas no Brasil partindo sobretudo de órgãos públicos que, de forma implícita ou explícita, visam contribuir junto às famílias para manutenção das crianças e adultos na escola, e conseqüentemente, reduzir os índices de analfabetismo. Apresentaremos alguns deles, com breves descrições, porém, sem muitos dados sobre a efetividade destes programas junto à população porque não identificamos resultados disponíveis nos sites do governo federal.

Começaremos com o Programa Brasil Alfabetizado. Através do reconhecimento da educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida, o Programa Brasil Alfabetizado visa a promoção da superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribui para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Para isso, o Programa busca apoiar técnica e financeiramente os projetos de alfabetização apresentados pelos estados, municípios e Distrito Federal. (BRASIL,2018).

Também podemos citar o Programa Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social – BPC, uma ação interministerial que envolve os ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, em parceria com municípios, estados e com o Distrito Federal, tem por objetivo realizar o acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, até 18 anos na escola, por meio da articulação das políticas de educação, saúde, assistência social e direitos humanos. O BPC na Escola realiza anualmente o pareamento de dados entre o Censo Escolar Inep/MEC e o Banco do BPC/MDS, a fim de identificar os índices de inclusão e exclusão escolar dos beneficiários do BPC. Atualmente o programa está em funcionamento em todos os estados e no Distrito Federal e em 2623

municípios – 47% do total, abrangendo 68% dos beneficiários nesta faixa etária. O programa subsidiado pelo Ministério da Educação – MEC e Secretaria dos Direitos Humanos, mensura por meio de questionário, os aspectos sociais das pessoas de 0 a 18 anos que recebem o benefício. Os dados permitem assegurar o acesso e permanência dos alunos nas instituições de ensino (BRASIL, MEC, 2018).

O Programa Benefício Variável Vinculado ao Adolescente do Bolsa Família, tem o intuito de reforçar o acesso de crianças e adolescentes à educação oferecendo às famílias de baixa renda um montante variável como incentivo para manter os filhos na escola. Para recebê-lo, os responsáveis devem matriculá-los e comprovar frequência de, pelo menos, 85% às aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, todo mês (BRASIL, 2018).

Já o Programa Caminhos da Escola busca garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. (BRASIL, FNDE, 2017).

O Programa Mais Educação, criado em 2007 e regulamentado em 2010, também constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para construção da agenda de educação integral nas redes de ensino, a qual amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. (BRASIL, MEC, 2018).

Era de se esperar que os programas públicos aqui descritos apresentassem de forma explícita nos sites do governo, os resultados das ações para dar visibilidade a estas iniciativas e assim defender ou propor ajustes inevitavelmente necessários. No entanto, não encontramos dados que dessem suporte para uma análise com relação a efetividade ou não dos programas, faltando, portanto, transparência e acesso simples aos cidadãos brasileiros quanto a estes resultados.

Freire, Roazzi, Roazzi (2015), acreditam que mesmo com todas essas ações, ainda há muitas medidas a serem tomadas, pois os motivos são diversos e prejudicam o aluno e ressaltam que a educação é o maior instrumento de oportunidade igualitário quanto à determinação da desigualdade cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho compreendemos melhor sobre a classificação referente ao analfabetismo no Brasil e percebemos a necessidade de refletir sobre a relação do contexto familiar de pessoas analfabetas no processo de alfabetização de uma criança.

Tendo em vista que a leitura, escrita e interpretação de texto, são desenvolvidos nos anos escolares iniciais, a educação formal ou a falta dela em parte da população, fará diferença tanto na infância quanto na vida adulta, podendo acarretar futuramente problemas de relacionamentos sociais, mercado de trabalho e outras áreas.

Os pais são figuras motivadoras e incentivadoras contra a evasão escolar, por isso alguns órgãos públicos buscam mobilizar ações junto às famílias em prol da manutenção das crianças na escola. Tais políticas públicas buscam o controle da evasão escolar, em um discurso sobre a necessidade social, inclusiva e cultural referente a todas as faixas etárias. No entanto, a falta de acesso aos resultados quantitativos e qualitativos destas iniciativas, nos afastam da possibilidade de analisar os dados e verificar a eficácia dos investimentos, portanto, sendo necessária uma pesquisa mais detalhada que verifique os recursos e discuta a efetividade dos programas, confrontando os impactos, afim de otimizar as ações em prol da alfabetização no país.

Este trabalho constituiu-se um passo rumo ao compromisso com a educação, e reafirma a necessidade de realização de outras pesquisas que permitam análises mais detalhadas sobre o assunto. Este poderá servir a outros envolvidos no processo de alfabetização, unindo reflexões e esforços para fazer da alfabetização uma prática de compromisso social.

REFERÊNCIAS

BAYMA-FREIRE, Hilda; ROAZZI, Antônio; ROAZZI, M. Maira. O nível de escolaridade dos pais interfere na permanência dos filhos na escola? **Revista Galego-Portuguesa de Psicologia e Educación**, v. 2, 2015, 35-40.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Caminho da Escola**. Governo Federal, 2017. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/caminho-da-escola/caminho-da-escola-apresentacao>. Acesso em 10/05/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa BPC na escola, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/politica-de-educacao-inclusiva/262-programas-e-acoes-1921564125/programa-de-acompanhamento-e-monitoramento-do-acesso-dos-beneficiarios-1866580789/12291-programa-de-acompanhamento-e-monitoramento-do-acesso-dos-beneficiarios-do-beneficio-de-prestacao-continuada-da-assistencia-social-bpc-na-escola>. Acesso em 02/05/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Projeto Escola que Protege, 2018. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/pnaes/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17453-projeto-escola-que-protege-novo>. Acesso 02/05/2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Programa Bolsa Família, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social>. Acesso 03/05/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Mais Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/apresentacao?id=16689>. Acesso 03/05/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Brasil Alfabetizado, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada223369541/17457-programa-brasil-alfabetizado-novo>. Acesso 05/05/2020.

CADEI, Maria Magdalena Simmer. LEITE, Flávia Regina; Analfabetismo funcional: uma realidade preocupante. **Revista Científica do Instituto Ideia: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, p.13-19, set. 2016.

CAMPOS, Francilene Leonel; VERAS, Maria Inês Marques. Participação dos pais na vida escolar dos filhos em uma escola de área rural da cidade de Parnaíba-PI (Brasil). **Revista Espacios**. Vol. 39 (Nº 30), 2018.

COSTA, Gilberto. **Analfabetismo resiste no Brasil e no mundo do século 21**. Agência Brasil, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-09/analfabetismo-resiste-no-brasil-e-no-mundo-do-seculo-21>. Acesso em 18/10/2019.

COELHO, M. S. **A Alfabetização na Perspectiva Histórico-Cultural**. Faculdade de Ciência e Tecnologia – Departamento de Educação UNESP/Presidente Prudente, agos.2011.

GOULART, NATHÁLIA. **Baixo grau de instrução dos pais interfere no desempenho escolar dos filhos**. Publicado em 06.08.2010. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/baixo-grau-de-instrucao-dos-pais-interfere-no-desempenho-escolar-dos-filhos/>. Acesso em 08/04/2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra Contínua: analfabetismo 2019**. Rio de Janeiro, 2019.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO; ONG AÇÃO EDUCATIVA; IBOPE INTELIGÊNCIA. **INAF Brasil 2011**: Indicador de Alfabetismo Funcional Principais resultados. São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.institutocyrela.com.br/site/arquivos/geral/informe_resultados_inaf2011_-versa_ofinal_12072012b.pdf. Acesso em: 11/11/2019.

MOURA, Diego; CARICATI, Luíza; MANDIL, Júlia Mandil. **Analfabetismo no século 21**. Disponível em: <https://www.uol/educacao/especiais/escolaridade-zero>. Acesso em 09/03/2020.